



Nesta edição da Retratos de Assentamentos, apresentamos uma seleção de artigos que abordam os desafios e as potencialidades da agricultura familiar, dos assentamentos de reforma agrária e dos movimentos sociais em busca de justiça socioambiental no Brasil.

Todas essas questões se entrelaçam com os desafios contemporâneos identificados pelo relatório “Panorama da Infodemia Socioambiental”, elaborado pelo NetLab/UFRJ. O relatório analisa como a desinformação tem sido usada para manipular o debate socioambiental no Brasil, promovendo o agronegócio e atacando movimentos sociais e ambientais. A pesquisa, que abrange o período entre janeiro de 2021 e novembro de 2022, revela um ecossistema digital onde políticos, influenciadores e plataformas online disseminam narrativas falsas que reforçam interesses econômicos predatórios e desvalorizam a luta por direitos socioambientais (NetLab/UFRJ, 2022).

Entre as principais narrativas de desinformação destacadas estão: “Make the Amazon Great Again”, que promove a exploração econômica da Amazônia; “O Exército protege a Amazônia”, que justifica a militarização da região; “O agronegócio alimenta o mundo”, que exalta o agronegócio como solução global; e “Tudo é agro, e o agro é pop”, que glorifica o agronegócio como parte essencial da identidade brasileira. Outras narrativas, como “Nós temos direito ao progresso” e “Negacionismo socioambiental”, atacam a ciência e os movimentos ambientais, associando a defesa ambiental ao atraso econômico e à interferência estrangeira (NetLab/UFRJ, 2022).

Essas narrativas são amplificadas em plataformas como WhatsApp, Telegram, YouTube, Facebook, Twitter e TikTok, criando um ambiente digital hostil às políticas socioambientais e às iniciativas sustentáveis. A desinformação compromete a percepção pública e dificulta a implementação de políticas voltadas à sustentabilidade e à justiça social (NetLab/UFRJ, 2022).

Os temas explorados nesta edição refletem questões urgentes e contemporâneas que dialogam em diferentes facetas dos estudos rurais no país.

Os artigos discutem a educação financeira e o acesso ao crédito rural subsidiado, ressaltando a importância de políticas públicas como o PRONAF para fortalecer a agricultura familiar. Contudo, os pesquisadores identificam barreiras institucionais e burocráticas que dificultam o acesso ao crédito, impedindo o desenvolvimento sustentável dos pequenos produtores. Em paralelo, o cenário de crise econômica atual torna ainda mais urgente a necessidade de suporte financeiro e organizacional para esses agricultores.

A segurança alimentar e nutricional também é uma preocupação central. Os estudos demonstram que o modelo primário-exportador adotado por países como Brasil, Paraguai e Argentina tem agravado o desabastecimento interno, comprometendo a soberania alimentar. Mesmo diante desses desafios, narrativas hegemônicas continuam a promover o agronegócio como a solução para alimentar o mundo, ignorando os impactos

ambientais e sociais desse modelo.

Além disso, os artigos trazem à tona as tecnologias socioterritoriais da agroecologia implementadas em assentamentos no Brasil e em Portugal. Experiências como agroflorestas, Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) e práticas de educação popular demonstram que há alternativas viáveis e sustentáveis ao agronegócio convencional. Apesar disso, essas práticas enfrentam resistência devido a campanhas de desinformação que associam a proteção ambiental ao atraso econômico e à falta de progresso.

A reforma agrária e a titulação de terras são abordadas com profundidade, destacando os desafios enfrentados pelos assentados em termos de segurança jurídica, assistência técnica e apoio institucional. Os artigos revelam como a luta por dignidade e autonomia no campo continua sendo prejudicada pela falta de políticas eficazes e pela disseminação de narrativas e práticas que deslegitimam movimentos sociais como o MST. Ações como essas perpetuam injustiças e impedem que os assentamentos cumpram sua função social de produzir alimentos e garantir qualidade de vida para as famílias agricultoras.

Os impactos dos desastres ambientais, como o rompimento da barragem em Brumadinho/MG, revelam a vulnerabilidade das comunidades rurais frente à exploração irresponsável dos recursos naturais. Enquanto essas tragédias afetam a estrutura socioeconômica e ambiental das regiões, campanhas de desinformação buscam minimizar esses eventos ou transferir a responsabilidade para ONGs e movimentos sociais. Esse cenário evidencia a necessidade de políticas públicas que garantam justiça ambiental e reparação adequada às populações afetadas.

Outro tema relevante é a discussão sobre o uso de agrotóxicos e o modelo predatório do agronegócio. Os artigos expõem os riscos ambientais e à saúde humana associados à aplicação intensiva de pesticidas. No entanto, a narrativa dominante continua a glorificar o agronegócio como símbolo de progresso e prosperidade, ocultando os danos causados por essas práticas.

Diante desse cenário, é urgente fortalecer a disseminação de informação confiável e crítica, apoiar os veículos de comunicação locais e promover a educação ambiental e digital. É necessário amplificar as vozes dos movimentos sociais, das lideranças comunitárias e dos pesquisadores que lutam pela justiça socioambiental. Somente com uma abordagem integrada que una pesquisa acadêmica, políticas públicas e comunicação responsável será possível enfrentar a desinformação, proteger os territórios rurais e construir um futuro mais justo, sustentável e inclusivo para todos.

NETLAB/UFRJ. **Panorama da infodemia socioambiental:** análise multiplataforma do ecossistema brasileiro de mídia digital 2021-2022. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://netlab.eco.ufrj.br/post/panorama-da-infodemia-socioambiental>. Acesso em: 01 ago. 2024.

Boa leitura!
Os editores